

Economistas dizem que

20 AGO 1983

moratória é soberania

*Dívida
Externa*

São Paulo — A utilização da declaração unilateral de moratória, por parte do Brasil, como única forma de preservar a soberania nacional, possibilitando a retomada do crescimento econômico do País, a criação de empregos e recomposição das reservas nacionais de divisas e de petróleo. Esses são alguns dos pontos de um documento apresentado hoje, pelo Movimento de Renovação dos economistas de São Paulo, coordenado pelo professor da Unicamp, Luciano Coutinho.

Segundo Coutinho — um dos assessores econômicos da executiva nacional do PMDB, e que deverá ser indicado para concorrer à presidência da Ordem dos Economistas de São Paulo, em novembro próximo, pelo movimento de oposição, "o País já vive uma moratória de fato, já que nas 3 últimas semanas não foram pagos os juros da dívida externa, e todas as importações foram feitas à vista. Mas é humilhante esperar que as condições sejam impostas pelos nossos credores", afirmou.

Para o diretor técnico do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) Walter Barelli, também integrante do movimento, "esse documento demonstra que a crise está sendo administrada com incompetência, e até mesmo com desonestidade, em alguns casos". Com relação à dívida externa, é de opinião que "temos de nos reunir com nossos credores e estabelecer uma linha de negociações, colocando os interesses da Nação acima de tudo". Assim, acredita que seria estabelecido um período em

que não venceriam nem os juros, nem o principal, para que o dinheiro conseguido com as exportações fosse aplicado no crescimento do País".

Esse documento, que prevê a criação de uma política econômica alternativa, reproduz as principais conclusões da "Semana do Economista", realizada na última semana na capital e em algumas cidades do interior de São Paulo, com a participação de quase 4 mil pessoas e 20 conferencistas.

Nele também são apresentadas soluções para resolver a dívida interna, com "uma reforma financeira, iniciada pela desdolarização da dívida pública, com a queda substancial das taxas de juros", entre outros pontos, além de uma Reforma Tributária", que corrija a forte regressividade social do atual sistema e promova a descentralização da capacidade de gastos públicos, reforçando o papel dos Estados e municípios".

Do Movimento de Renovação dos Economistas de São Paulo participam também o professor da USP e da PUC Paulo Singer; o presidente da Caixa Econômica Estadual, Marcos Fonseca; o coordenador da assessoria econômica do Governador, do Estado, André Franco Montoro Filho; e o secretário da Fazenda João Sayad, entre outros. No Estado de São Paulo existem 12 mil economistas registrados no Conselho Regional (dos 16 mil existentes), e, segundo Luciano Coutinho, o movimento conta com o voto da metade deles, o que dará condições de vitória a oposição, nas eleições de novembro.